



**ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justifico a ausência do deputado Junior Mochi, que está representando a Alems no processo competitivo de otimização do contrato da BR-163/MS. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, público presente e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Seis da Quadragésima Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 17/2025, do Poder Executivo; Ofício nº 6.048/2025, da Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 30.151, 30.156, 30.160, 30.169, 30.190, 30.206, 30.210, 30.216, 30.219 e 30.357/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Roberto Hashioka, Antonio Vaz, Zeca do PT, Gleice Jane, Renato Câmara, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Lidio Lopes e Paulo Duarte. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Junior Mochi. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 185/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa; Projeto de Lei nº 215/2024, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 131/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Lei nº 86/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos familiares do Pastor Reinaldo Carvalho; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Claudinei da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Maisa Vargas Veiga Grego; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Reverendo Padre Luigi Favero, pelo título de Doutor Honoris Causa, pela*

*universidade Unisalesiano, em Araçatuba/SP, em reconhecimento a sua trajetória de cinquenta anos de compromisso com a fé, com a formação de jovens e com o desenvolvimento humano e espiritual de milhares de pessoas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à diretoria do Hospital São Julião, de Campo Grande, na pessoa de seu presidente, senhor Carlos Augusto Melke, pela conquista do Prêmio ESG Nacional, na categoria “Gestão de Resíduos e Reciclagem” promovido pela Associação Brasileira de ESG, colocando o Mato Grosso do Sul como referência em sustentabilidade na saúde; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à jovem atleta Anne Isabel Barboza Nabuco, carinhosamente conhecida como “Bebel”, em reconhecimento às suas extraordinárias conquistas no jiu-jitsu, que vêm elevando com excelência o nome de Mato Grosso do Sul e do Brasil no cenário esportivo nacional e internacional; indicações, de autoria dos deputados João Henrique, Marcio Fernandes, Jamilson Name, Gleice Jane, Lucas de Lima, Zé Teixeira, Coronel David, Mara Caseiro, Paulo Duarte e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e um de maio do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao presidente em exercício na primeira-secretaria, deputado Renato Câmara, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV ALEMS e nos acompanham pelas redes sociais. Expediente da Sessão Ordinária do dia 22 de maio de 2025: Ofício nº 35.174/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1240/2025); Ofício nº 35.92/2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima, respondendo à moção de apoio da deputada Gleice Jane (Prot. nº 771/2025); Ofício nº 875/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3188/2024); Ofícios nºs 28.458, 28.591, 28.597, 28.606, 29.500, 30.547, 30.567, 30.894, 30.898, 30.902, 30.947, 30.953, 31.013 e 31.017/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp, Caravina, Gleice Jane, Zeca do PT, Lia Nogueira, João Henrique, Renato Câmara, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Antonio Vaz e Lidio Lopes (Prot. nºs 077/2025, 892/2025, 827/2025, 075/2025, 995/2025, 1338/2025); Ofícios nºs 755, 764, 769, 780 e 781/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, Pedro Kemp e João Henrique (Prot. nºs 1040/2025, 045/2025, 780/2025, 4067/2024, 401/2025); Carta nº 1.587/2025, da Energisa, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 1097/2025). Foi lido o expediente, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares, a todos que nos honram com sua presença nesse Plenário e àqueles que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero fazer uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura; à senhora Nair Branti, prefeita do município de Douradina; ao senhor Ricardo Rodrigues Pereira, coordenador de Desenvolvimento Rural, solicitando providências para a celebração do Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e o município de Douradina, com o objetivo de viabilizar reparos e manutenção de maquinários utilizados no atendimento à comunidade rural da Lagoa Rica, situada neste município. O pedido é originário do vereador Marcelo Quevedo Pedro, representante do município de Douradina, que tem acompanhado de perto as necessidades da referida comunidade. A presente demanda se justifica pela imprevisibilidade dos equipamentos mencionados que são fundamentais para a execução de serviços públicos essenciais à infraestrutura rural, com ênfase na manutenção das estradas vicinais, do suporte logístico, e da produção agropecuária, na operacionalização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural. A comunidade de Lagoa Rica, em particular, enfrenta limitações significativas devido à carência desse recurso operacional que compromete a atividade de tais serviços e suas repercussões diretas nas condições socioeconômicas e ambientais. Justificativa anexa. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente, e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Flávio César Mendes de Oliveira, secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, solicitando a reforma do Posto Fiscal Porto XV de Novembro, localizado no município Bataguassu, cuja estrutura se encontra em estado avançado de destruição, com banheiros em condições precárias, infiltração nas áreas comuns, pintura comprometida, falta de ventilação e falta de iluminação adequada, afetando a dignidade e segurança dos servidores, motoristas e usuários que transitam diariamente pelo local. Essa reforma é esperada há algum tempo pelos servidores e pelos usuários do posto, e nós estamos reforçando esse pedido para que essa obra seja realizada o mais rápido possível, atendendo ao pedido do vereador Marcio da Farmácia e da comunidade de Bataguassu, dada a importância do Posto Fiscal XV de Novembro. Pela ordem, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Senhor presidente, nós fizemos um requerimento endereçado à Sejusp, solicitando informações acerca do contrato firmado com a empresa Montreal, responsável pela emissão de identidades, contrato esse que foi encerrado em 2022. Em função disso, foi feito um contrato emergencial e há mais de dois anos vem sendo pago a essa empresa, através de reconhecimento de dívida. A gente quer saber se isso realmente está acontecendo e se ela reconhece que o processo está equivocando, por que até agora não foi feito um novo processo licitatório para a emissão das identidades em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. A justificativa é que esse reconhecimento de dívida foi feito por conta do interesse público para que a população não tivesse prejuízo. A gente sabe das dificuldades da lei de licitação, mas não estamos falando de um, dois, seis meses, um ano, estamos falando de mais de dois anos. Então, é importante se debruçar sobre esse assunto para que a situação seja resolvida, até porque as informações da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos órgãos de segurança, é que essa situação que está acontecendo não resolve o problema da agilidade nos documentos emitidos no interior e na capital, lembrando que são mais de cinquenta municípios que não têm essa estação on-line. Portanto, é preciso resolver essa situação porque a empresa continua recebendo, haja vista que no mês de novembro do ano passado foram setecentos e vinte e sete mil; em dezembro, seiscentos e noventa e um mil; em Janeiro, seiscentos e oitenta e seis mil; em fevereiro, oitocentos mil; em março, seiscentos e sessenta e nove mil. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de ler uma moção daqui da mesa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de congratulação à Escola Estadual Carmelita Canale Rebuá, aos alunos: Artur Rogers Gonçalves, Emanuelle Trindade Nascimento, Isabelle Nascimento, Jonathan Levino, Luiz Gustavo Santos, Marco Antônio Lemes, Petros dos Reis; aos coordenadores da área de Matemática e Tecnologia; à Nayara Mônaco, da área de Ciências Aplicadas; à professora Suzane Cabreira, da área de Linguagem e Tecnologia; às professoras Virlane, Elinete, Érica e Rúbia; ao presidente da PM; à professora Cíntia Sarati; às diretoras Isamara Nunes e Andreia, que representaram com brilhantismo o Estado de Mato Grosso do Sul no Concurso Internacional de Talentos de Matemática, realizado na cidade de Bangkok, na Tailândia. Esses alunos, deputado Pedro Kemp, foram ganhadores de um prêmio na Tailândia, no exame de proficiência de matemática, e nós estamos fazendo uma moção de congratulação à escola, à direção, aos coordenadores e a todos os alunos. É uma escola simples, no interior do estado, mas que tem uma representatividade muito grande. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo



Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário de Extensão Rural (Agraer), e ao senhor Paulo Roberto da Silva, superintendente do Incra regional, solicitando a perfuração de um poço artesiano para atender o assentamento Santa Irene, no distrito de Quebracho, município de Anaurilândia. A proposta em questão precisa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar, pelo vereador Roney Pardini, do Republicanos, visto que a comunidade depende fortemente da água para as necessidades básicas, como beber, cozinhar e irrigar os cultivos. No entanto, devido à falta de uma fonte de água confiável, eles estão vivenciando dificuldades consideráveis, colocando em risco a saúde e o bem-estar de todos os residentes. Diante desse cenário, solicito a perfuração de um poço artesiano que possa atender às necessidades da comunidade do assentamento Santa Irene, com a perfuração desse poço com capacidade de coletar e distribuir a água de forma mais eficaz, evitando assim a carência que enfrentam atualmente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcantara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando que seja realizado recapeamento na MS-180, que liga as cidades de Iguatemi a Juti. A proposta em questão visa atender solicitação encaminhada ao nosso gabinete pelos vereadores do Republicanos, professor Márcio e Carlinhos Magro. A MS-180 é uma das principais rotas utilizadas para o escoamento da produção agrícola e pecuária, além de ser fundamental para o transporte de insumos, e circulação de moradores entre os municípios da região. No entanto, devido à falta de manutenção adequada, a rodovia encontra-se em condições precárias, com trechos danificados que colocam em risco a segurança de motoristas e comprometem a eficiência logística. O recapeamento da MS-180 é fundamental, não apenas para garantir a integridade da malha viária, mas também para impulsionar a economia regional, facilitar o acesso aos polos de produção e incentivar novos investimentos. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Cleusa Teodoro, localizada no município de Pedro Gomes, que vem apresentando sinais de desgaste na sua estrutura, muros deteriorados, cobertura da quadra de esportes caindo, janelas quebradas, além de outros danos estruturais que colocam em risco a integridade física de alunos e colaboradores. Diante disso, solicitamos, com urgência, a reforma completa com a finalidade de levar maior segurança e bem-estar aos alunos, pais, servidores e demais usuários desta escola. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de



Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a revitalização da Praça dos Imigrantes, localizada entre as ruas Rui Barbosa, Barão de Melgaço e Joaquim Murtinho, nesta Capital. Esta praça teve sua revitalização iniciada em 2023, foi paralisada com previsão para conclusão em noventa dias, mas a obra está há quase dois anos parada e, desde então, a população vem se queixando do completo abandono do local. Antes das obras, a praça abrigava mais de cinquenta artesãos que comercializavam os mais diversos tipos de artesanato, mas atualmente ela sequer consegue ser utilizada pela população para lazer. Era o que tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputada Mara Caseiro, público que nos assiste e nos ouve pela TV e Rádio Assembleia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Naviraí, Rodrigo Sakuno, bem como o diretor-presidente da concessionária da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando que sejam envidados esforços, visando à instalação do sistema de distribuição de energia elétrica para atender às necessidades de cerca de vinte famílias de agricultores que residem na região da Chácara Monte Alegre, localizada na zona rural do município de Naviraí. A indicação, senhor presidente, atende ao pedido enviado pelo vereador Eli Construtor, do PT daquela querida e simpática cidade, polo regional do sul do estado. É isso, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, através da Comissão de Agricultura Familiar, nós temos articulado reuniões regionais com os agricultores da agricultura familiar para tratar das linhas de crédito do financiamento através do Pronaf, com instituições, como a Agraer, o Inkra, a Superintendência do Ministério do Desenvolvimento Rural, estruturada pelo governador Riedel. O papel do Inkra na concessão da CCU, que é o contrato de concessão de uso e da carteira da agricultura familiar. Nós já fizemos reuniões em várias cidades patrocinadas pela Comissão Permanente de Agricultura Familiar, e amanhã, a partir das 9 horas, estaremos fazendo mais uma audiência pública em Sidrolândia, com a presença da Agraer, do MDA, do Inkra, para tratar do universo de assuntos em torno da agricultura familiar, inclusive estou entregando um convite pessoal para que Vossa Excelência participe do evento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e a todos que se fazem presentes neste Plenário. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de

repúdio ao ato de extrema violência praticado contra a conselheira tutelar Néia Ibaneis, ocorrido no município de Bela Vista, no dia 20 de maio de 2025, durante o exercício de suas funções legais de proteção à infância e juventude. Após aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Mara Caseiro, vem a público expressar seu mais veemente repúdio ao ato de extrema violência praticado contra a conselheira tutelar Néia Ibaneis, ocorrido no município de Bela Vista, no dia 20 de maio, durante o exercício de suas funções legais de proteção à infância e juventude. Segundo informações, a conselheira foi brutalmente atacada com golpe de foice, sofrendo ferimento grave na região da nuca enquanto realizava atendimento domiciliar acompanhada por outros membros da rede de proteção. A ação criminosa resultou em ferimentos leves em outros integrantes da equipe que foram perseguidos durante a fuga. O ataque representa um atentado contra dignidade da função pública e dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes". O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da população infantojuvenil. Atentar contra a vida de seus integrantes é atentar contra a missão de garantir a proteção integral das crianças e adolescentes. Esta Casa de Leis manifesta total solidariedade à conselheira Néia Ibaneis, a sua família, ao motorista da equipe, aos profissionais da rede de proteção de Bela Vista, bem como ao conjunto dos conselheiros tutelares de Mato Grosso do Sul, que exercem diariamente funções de altíssima relevância social, mesmo que em condições precárias e vulneráveis à violência. Diante da gravidade do ocorrido, requeremos ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, ao Governo do Estado, à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, às prefeituras e aos conselhos municipais, a apuração dos fatos, a responsabilização do agressor e adoção de medidas concretas para garantir a segurança institucional dos Conselhos Tutelares e a valorização dos profissionais que os integram. Senhor presidente, essa moção de repúdio serve de alerta a todos os conselheiros que, muitas vezes, no exercício da profissão, vão buscar essas crianças que estão sofrendo abuso. O poder público tem que criar instrumentos para dar proteção a esses conselheiros e conselheiras, no exercício da função. Senhor presidente, o meu tempo já se esgotou, eu tenho um projeto de lei para apresentar e só vou fazer a leitura da minuta.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem. Eu ia comentar sobre esse assunto, mas como a senhora apresentou essa nota, se possível, eu gostaria de assinar junto essa moção.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Com certeza, deputado Caravina. Apenas, senhor presidente, é um projeto de lei que dispõe sobre a proibição de cobrança de dívidas dos consumidores, por meio de ligações telefônicas fora do horário comercial, aos sábados, domingos e feriados, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Hashioka

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas e àqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Tenho aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Comissão Organizadora das provas de Laço em Dupla, Três Tambores e Ranch Sorting, conhecidas como "Provas Funcionais do Amor", no município de Nova Andradina, na pessoa do senhor Renato da Silva Santos e da senhora Nadir Capuci. Neste mês de maio o evento celebra sua 10ª edição, e destina toda a arrecadação para o Hospital de Amor. A competição completa dez anos de existência e é realizada com o intuito de arrecadar fundos para o funcionamento do Hospital de Amor de Nova Andradina, instituição que presta relevante serviço no atendimento às pessoas com câncer e reúne competidores de todo o estado e região. Esse evento já está consolidado como uma tradição festiva e cultural, aliada a um propósito humanitário. Parabenizamos todos os membros da comissão organizadora, voluntários e participantes, que transformam esse evento em um grande gesto de solidariedade. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia à Superintendência Regional do Incra, solicitando providências para regularização fundiária e entrega definitiva dos títulos de propriedade aos assentados do Assentamento Santa Irene, Esperança e Barreiro, localizadas no município de Anaurilândia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), solicitando a realização de serviços de reforma e reparos na rodovia MS-480, no trecho localizado no município de Anaurilândia, que faz ligação entre Estado de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Mendes Pinto, solicitando a inclusão do festejo de Anaurilândia no calendário oficial e na rota cultural do Estado de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a manutenção e a recuperação de vias não pavimentadas, com aplicação de revestimento adequado nas ruas dos bairros Jardim Rancho Alegre 1 e 2. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste



Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), solicitando serviços de manutenção e reparos na iluminação pública da ciclovia situada na rodovia MS-427, no trecho que liga o perímetro urbano do município de Rio Verde de Mato Grosso aos balneários da região. Era só o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Hoje venho apresentar um projeto de lei que institui a Semana de Educação e Conscientização sobre Segurança Digital para Crianças e Adolescentes, denominada "Segurança em Rede", no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Se aprovada, a semana será realizada anualmente na terceira semana do mês de maio. A imersão cada vez mais precoce e intensa de crianças e adolescentes, no universo digital, proporciona oportunidades valiosas de aprendizado, socialização, entretenimento, mas também os expõem a riscos significativos que demandam uma resposta coordenada do poder público e da sociedade civil. A exposição a conteúdos impróprios, o *cyberbullying*, o aliciamento *on-line/grooming*, e o compartilhamento indevido de dados pessoais, são ameaças concretas ao desenvolvimento saudável e integral das novas gerações, contrariando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para alcançar a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme estabelece a Constituição Federal, é imprescindível, além da repressão ao uso indevido do ambiente virtual, investir também na educação digital, na conscientização, em semanas permanentes de prevenção, sobretudo diante das graves consequências que a exposição desprotegida ao meio digital pode causar. A semana "Segurança em Rede", se apresenta, portanto, como uma política pública urgente e prioritária para o Estado de Mato Grosso do Sul porque é importante evitar que o uso indiscriminado por crianças e adolescentes resultem no crescimento das estatísticas de tentativas de suicídio, autolesão, depressão, ansiedade e morte violenta de crianças, como o caso que levou uma menina de oito anos a morrer, no Distrito Federal, após o desafio do desodorante. Em novembro de 2023, foi lançado o relatório "Ataques às Escolas no Brasil", análise do fenômeno e recomendações para ações governamentais, realizado pelo Ministério da Educação. De acordo com o documento, entre 2002 e 2023, o Brasil teve trinta e seis ataques à escolas que resultaram em cento e sessenta e quatro vítimas, sendo quarenta e quatro casos fatais e cento e quinze pessoas feridas. Vale lembrar que, na articulação desses ataques, houve interferência direta do uso desenfreado das redes. Portanto a proposta se insere no contexto das ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, conforme o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrando no dia 18 de Maio. A Semana Mais Laranja visa dar visibilidade ao enfrentamento de violência sexual infantojuvenil e também à Lei Estadual nº 3707/2009, que institui a segunda semana de maio como a Semana Estadual de Combate à Pedofilia, com o objetivo de conscientizar pais, mães e responsáveis por educador sobre a importância do uso moderado, seguro e saudável das ferramentas digitais, preservar a imagem, a privacidade, a integridade física, psicológica e moral de crianças e adolescentes, no ambiente virtual, regular o uso de dispositivos

eletrônicos em redes sociais por crianças, assim como as aplicações em redes sociais durante a adolescência através de mediação familiar, prevenir crime, orientar a faixa etária sinalizada pela classificação indicativa de cada aplicativo, informar pais, mães, responsáveis, educadores, crianças e adolescentes, sobre a ilegalidade da prática de *cyberbullying*, sobre as consequências de que pode assumir, através de discurso discriminatório, bem como sobre os tipos de danos causados às vítimas dessa prática. A Semana Segurança em Rede terá como diretriz promover a educação, letramento e conscientização digital, com foco na proteção de crianças e adolescentes, especialmente quanto ao uso excessivo de dispositivos digitais e seus riscos. As ações da semana poderão incluir veiculação de conteúdos educativos em redes sociais, TV, rádio, mídia impressa, produção de vídeos, cartilhas, podcast e outros materiais voltados a diferentes faixas etárias e públicos. Poderão incluir também a realização de palestras, oficinas, seminários, webinários nas escolas e comunidades, parcerias com figuras públicas, organização da sociedade civil, e empresa de tecnologia, criação de um portal on-line com orientações, vídeos explicativos e links para denúncias e apoio psicológico. Esse é um projeto de lei que nasce da necessidade de proteger crianças e adolescentes, inclusive nós assistimos, recentemente, uma série que teve bastante repercussão nacional e internacional, que nos traz para essa realidade. Eu, como professora, sempre conversei com adolescentes e vejo com muita preocupação a forma como eles estão expostos a esta realidade, como eles relatam o que acontece nesses espaços, visto que é um espaço de muita violência virtual e que a gente não tem acesso, não sabe o que está acontecendo. Então, as famílias e a escola precisam saber que há uma necessidade grande de atenção especial às crianças e adolescentes. Venho aqui também apresentar duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz, solicitando que envide esforços para divulgação da adoção de critérios objetivos e transparentes nos processos de remoção de profissionais recém-convocados e ainda em estágio probatório, no âmbito do concurso público de provas e títulos da SAD e SED, para professor, que ocorreu em 2022, bem como também solicitando que seja divulgada com a devida antecedência as datas previstas para a próxima chamada do concurso público de provas e títulos do mesmo concurso da Educação, o qual permanece vigente até o ano de 2026, conforme o edital normativo. O que está acontecendo é que algumas pessoas assumiram o concurso em determinados municípios e estão conseguindo remoção para outros, ocupando as vagas que deveriam ser ocupadas pelas pessoas que estão na lista de espera. Então é preciso que a Secretaria de Estado de Educação corrija esses detalhes, convoque imediatamente todas as pessoas que estão no concurso público e abra um novo, porque há muita vaga pura na educação. Portanto, é necessário a chamada de um novo concurso para atender todas as demandas. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Agradecemos a presença do senhor Luiz Franco Pires, presidente da Câmara Municipal de Antônio João; do Ubiratan de Campos Filho, presidente da Câmara Municipal de Corumbá, do Pedro Dias, presidente da Câmara de Camapuã; da Ana Cláudia Gomes, presidente do Sisal. Gostaria de anunciar que deve ser publicado hoje, até porque a data-base da Assembleia é no mês de maio, a

Revisão Geral Anual aprovada em lei única, 5,06%; a correção dos encargos para os servidores efetivos e aposentados que era 130%, esse ano iguala aos dos comissionados, ficando em 150%; bem como a correção e atualização do auxílio-saúde implementado no ano passado, de quinhentos reais passa para seiscentos reais, portanto um aumento de 20%; o auxílio-transporte passa para oitocentos reais e o auxílio-alimentação para mil e cem reais. Um ajuste acima da inflação. Esses benefícios serão publicados hoje no Diário Oficial, por ato da Mesa Diretora. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 1737/2025, 01736/2025, 1735/2025, 01734/2025). De autoria do deputado Coronel David: seis indicações (Prot. nºs 01758/2025, 01757/2025, 01751/2025, 01755/2025, 1754/2025, 01752/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01756/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma moção de pesar (Prot. nº 01729/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 1739/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: três indicações (Prot. nºs 01750/2025, 1749/2025, 1747/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 01741/2025, 01743/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1742/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01744/2025); uma moção de repúdio (Prot. nº 01740/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 1733/2025, 1732/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 1746/2025, 1721/2025, 1748/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 01761/2025, 01760/2025, 01724/2025, 01753/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1723/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 01731/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 1728/2025, 01727/2025, 1725/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 1738/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Neno Razuk. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, não vou usar o tempo todo, mas há dois assuntos que gostaria de abordar. O primeiro, deputada Mara, é sobre a sua nota de repúdio relativa ao episódio que se deu com uma conselheira tutelar de Bela Vista, que Vossa Excelência gentilmente me permitiu assinar. Gostaria de chamar a atenção para o trabalho realizado pelos conselheiros tutelares país afora, especialmente em Mato Grosso do Sul. Muitas vezes — e falo isso como ex-prefeito (a senhora também foi prefeita) — deixamos a desejar um pouco no cuidado com essa importante função do conselheiro tutelar, não nos damos conta do risco que eles correm. Esse ato ocorrido em Bela Vista — no qual, no exercício da função, essa conselheira foi agredida a golpes de foice, de enxada, quase vindo a óbito — demonstra os riscos do exercício dessa função de proteger a criança. Essa conselheira foi lá e acabou sendo atacada por um indivíduo, indivíduo que deve ser punido nos rigores da lei, que aliás já foi identificado e já foi preso... Até comentei com a prefeita de Bataguassu que precisamos, prefeitos e prefeitas, olhar com cuidado essa função de conselheiro, olhar com cuidado a questão do salário desses profissionais, dada a importância, deputado

Rinaldo, do trabalho que exercem no cuidado da nossa população, em todo o estado. Era isso, deputada Mara, só para reforçar a nota de repúdio de Vossa Excelência, que tive a oportunidade de subscrever... Mas eu venho aqui hoje mais para falar de um assunto para o qual chamo a atenção da deputada Mara, do deputado Coronel David, que é presidente da Comissão de Segurança. É um assunto chato, do qual nem gostaria de estar aqui falando. Mas bem, não é novidade que está havendo um problema envolvendo dois sindicatos, o Sindicato dos Peritos Oficiais Forenses e o Sindicato dos Peritos Papiloscopistas: divergências acerca da função de cada um, da competência de cada um, numa discussão que já se arrasta há algum tempo. Todavia eu entendo que a questão restou solucionada quando nós aqui nesta Casa aprovamos a lei que garantiu a oficialidade aos peritos papiloscopistas. Agora, o fato de um sindicato não concordar, isso faz parte do processo democrático, deputado Pedrossian Neto: concordar ou discordar faz parte. O sindicato dos peritos não concorda com essa oficialidade, acham que é uma função distinta, que não se trata de *perito oficial*, há uma discussão judicial em torno disso... Até aí, estamos no campo da discussão, da democracia. Como isso está acirrando os ânimos em outras situações, o intuito do meu pronunciamento é que a gente peça à Sejusp que tome a frente da situação e efetivamente acabe com essa perseguição que vem ocorrendo devido a uma simples divergência de posicionamento. A título de ilustração, vou relatar dois fatos aqui para os senhores terem ideia da dificuldade... Vejam que isso nos envolve a nós parlamentares, porque *nós* aprovamos a lei, *nós* acompanhamos a discussão. O primeiro fato ocorrido foi o seguinte: Há algum tempo, cinco peritos papiloscopistas do município de Bataguassu foram sindicados, ou seja, contra eles foi instaurada uma sindicância, porque mandaram um ofício a este parlamentar pedindo-me apoio para a aquisição de um veículo para atendê-los. Eu então visitei a Delegacia Regional: — "Que que vocês estão precisando?" — "Nós estamos precisando de um veículo?" — "Faça então um documento e me encaminhe que eu vou fazer o pedido." Aí fiz uma indicação nesta Casa pedindo o veículo. Em razão disso, entendendo-se que foi uma insubordinação acionar um parlamentar para conseguir uma melhoria, eles foram sindicados. Eu conversei com o pessoal da perícia, disse-lhes que o pedido foi meu, que fui eu que pedi o documento, e a sindicância acabou sendo arquivada. Achei que a coisa tinha sido resolvida, mas não... Como os senhores devem se lembrar, quando aprovamos aqui a lei que deu oficialidade aos peritos papiloscopistas, eles vieram aqui aplaudir a nossa votação e nos agradecer. Pois bem, sobreveio então a instauração de um auto de investigação para punir os peritos papiloscopistas que vieram aqui pedir o nosso apoio na aprovação de uma lei do Executivo (a lei foi do Executivo, reconhecendo a oficialidade); estão sendo investigados sob o argumento de que teriam deixado seus postos de trabalho. Mas detalhe: foi o sindicato que bancou o combustível do pessoal do interior; foram feitas trocas de plantão, ninguém faltou ao serviço; aqueles da capital que vieram estavam autorizados... E num movimento democrático, bonito, vocês lembram, vieram aqui com faixas e agradeceram. Agora, deputada Mara, estou aqui com o ofício, eu fui provocado pela presidente do Sinpap [Sindicato dos Papiloscopistas e Peritos Oficiais de Mato Grosso do Sul], a Dani [Danielle Bueno], onde ela me relata tudo e ainda anexa alguns documentos dessa AIP [Notificação de Abertura de Processo]. Segundo consta, foi uma denúncia anônima que chegou ao "gov.br", e uma denúncia rica em detalhes. Mas bem, há fotos aqui em que aparecemos eu

e a senhora, e onde foram destacadas as pessoas que estavam presentes, parecendo até um dossiê do crime organizado — com o nome de cada uma, com setinha identificando a pessoa, como se ela estivesse cometendo um crime, simplesmente por ter vindo até a Assembleia Legislativa nos agradecer, vieram aqui pedir nosso apoio na votação da oficialidade para o cargo de perito papiloscopista. Isto para mim é um absurdo! Uma denúncia anônima dessas não devia prosperar, não deveria sequer ter sido instaurado um auto (com notificação para as pessoas apresentarem defesa)... Eram dezessete servidores, agora estão dizendo que vai aumentar.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) —** Permite um aparte, deputado?

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) —** Com certeza, deputada Mara, pode falar.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) —** Eu fiquei indignada quando fiquei sabendo da instauração dessa sindicância: um absurdo, surreal! Vários segmentos de servidores do Executivo já vieram aqui pedir a aprovação de projetos, de PCC [Plano de Cargos e Carreira], de reajuste salarial... Mas ora, é um direito deles poder vir aqui se manifestar, agradecer, pedir que sejam valorizados, isso é normal, acontece todo ano, quase que todo mês, principalmente quando há o debate do RGA [Reposição Geral Anual]. Agora, o que me deixou indignada foi terem destacado essas pessoas como se elas tivessem cometido um crime. E, como o senhor falou muito bem, não houve prejuízo algum no trabalho deles, porque foram feitas trocas de plantão, porque quem arcou com os custos para os trazer até aqui foi o sindicato (gasolina, etc.). É um triste episódio realmente, eu entendo que isso nem devia ter sido levado à frente, quando muito que chamassem a presidente do sindicato, ou mesmo um de nós parlamentares, para saber o que aconteceu... Mas pelo amor de Deus! tirar o direito dos nossos servidores?!... E veja, Caravina, que faz muitos anos que esses peritos estão lutando por essa oficialidade. Pois agora o governo entendeu a importância de conceder a oficialidade a esses peritos, a esses profissionais que fazem um ótimo trabalho, que cumprem muito bem o seu papel na segurança pública do estado. Para mim isso é uma perseguição absurda, um autoritarismo, e não cabe ao nosso governo esse tipo de atitude — estou certa de que o governador Eduardo Riedel jamais iria aceitar semelhante perseguição a um segmento que veio aqui apenas nos pedir apoio e agradecer. Fique, pois, registrado também o meu repúdio a esse tipo de atitude, deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) —** Só para complementar a fala da deputada Mara... Nós parlamentares cansamos de pedir que a população participe das sessões, que os servidores venham aqui acompanhar o nosso trabalho, de modo que é um contrassenso, considerando a forma como atua esta Casa. Esse descontentamento, essa divergência de pensamento, isso não pode evoluir para ações como essa, até porque não estamos falando aqui de uma questão que afeta só o servidor (e lógico que é grave afetar o servidor), ela afeta também a população — porque ambas as categorias, tanto dos peritos oficiais forenses quanto dos peritos papiloscopistas, integram o grupo Polícia Civil, todos prestam serviço à população —, e isso está interferindo. A presidente do sindicato, a Dani, quer vir

a esta Casa apresentar várias outras situações que a gestão da Sejusp está perpetrando contra os peritos papiloscopistas; não vou citar nomes, não sei quem é que dá esses comandos, mas isso precisa ser verificado. Citei o caso de Bataguassu, estou citando este outro caso aqui, documentado nesse ofício, com fotos, mas a coisa vai além, há outras situações acontecendo. Então a nossa intervenção neste momento é para que alguma coisa seja feita para resolver essa situação. Lei não se discute: cumpre-se; agora são peritos papiloscopistas oficiais, estatuto aprovado por esta Casa por todos os deputados e sancionado pelo governador (projeto do Executivo)... Numa das fotos aqui, deputado, estou eu com uma senhora empunhando a bandeira dos peritos papiloscopistas, e num segundo plano veem-se vários funcionários no meio do público destacados com uma tarja amarela: uma coisa fora do comum. Então concordo com a manifestação da senhora... Agora concedo o aparte ao deputado Rinaldo, depois à deputada Gleice Jane.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Deputado Caravina, primeiro quero cumprimentá-lo por trazer à tribuna esse assunto, assunto que Vossa Excelência conhece mais do que ninguém nesta Casa, até pela atividade que vem desempenhando ao longo de algumas décadas. Essa divergência entre papiloscopistas me lembra muito a história — quem é mais antigo aqui deve se lembrar — dos ATEs e dos fiscais, que era na verdade uma questão muito mais de ego: os salários eram praticamente iguais mas havia uma rivalidade que chegou a perdurar por alguns anos, coisa que felizmente, com a ajuda de todos os deputados, veio a se pacificar. Agora surge essa divergência entre papiloscopistas (que pleiteiam um direito legítimo) e oficiais... Inclusive, nós apresentamos uma indicação ao Governo do Estado para que o salário dos nossos peritos fosse equiparado aos praticados em outras unidades da Federação (Mato Grosso do Sul parece-me que está em 15º ou 16º lugar no *ranking* nacional): esperamos que o governo, num prazo não muito longo, implemente essa isonomia... Mas voltando ao tema que traz Vossa Excelência, como diz a deputada Mara, é de indignar. Eu não acredito que o Governo vá compactuar com um comportamento desses, isso é coisa do passado. É a coisa mais natural do mundo os representantes das categorias virem aqui reivindicar... Quanto a esse carro que a categoria pediu a Vossa Excelência, qual é o problema disso?! Eu, por exemplo, já destinei emenda parlamentar para a Fundesporte, para adquirir um utilitário para transportar brinquedos infláveis para os 79 municípios: foi uma emenda de minha autoria. Ou seja, isso é um processo natural... Também acho estranho abrir uma sindicância só para ver por que os funcionários deixaram seus postos, já que houve trocas de plantão, etc. Muito estranho realmente, espero que num espaço curto de tempo essa situação seja resolvida e que a gente consiga seguir em frente. Agradeço a concessão do aparte e mais uma vez cumprimento Vossa Excelência por trazer esse tema, pela intransigente defesa que faz dos interesses da população, especialmente do pessoal da segurança pública. Muito obrigado.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Obrigado pelo aparte, deputado Rinaldo. Agora concedo o aparte à deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Deputado Caravina, primeiro, fico feliz em vê-lo trazer essa pauta, que nos preocupa demais. E não me preocupa só a questão dessa categoria, preocupa-me que haja modos e modos de pensar a luta do servidor público. Como se sabe, os papiloscopistas são servidores públicos da Polícia Civil, assim como eles temos recebido aqui outras categorias também, ou seja, são servidores que vêm nos alertar sobre a necessidade de melhorar o serviço público, melhorar o atendimento da população. A primeira coisa que precisamos compreender é que valorizar o servidor público é, no final das contas, melhorar o atendimento à população: todos os argumentos aduzidos aqui vão nesse sentido. Temos recebido aqui várias queixas: há um déficit de pessoal, porque não se abre concurso; ou porque o salário está defasado e muitos tentam a sorte num estado que paga melhor, passam e vão embora. Ou seja, o Estado é responsável pela falta de profissionais em algumas regiões. Agora, quanto à denúncia anônima referida pelo senhor, ora, se a pessoa não teve a coragem de se identificar, foi porque no fundo ela sabia tratar-se de uma denúncia fútil, uma denúncia que não tinha necessidade de ser levada a sério. Outra coisa que me preocupa é a Secretaria ter dado continuidade no processo administrativo desse tema. De forma que acho que temos de tratar esse tema com a máxima seriedade, afinal isso fere diretamente a democracia, o direito à livre manifestação, o direito de os virem a esta Casa; e como bem disse o senhor, a todo momento nós exortando a população a vir aqui, chamando os servidores. Nós temos que saber o que está acontecendo no serviço público, porque é nossa obrigação fiscalizar, e quando essas categorias vêm aqui, nós precisamos também ter uma informação sobre esses dados. Portanto, enquanto parlamentares, nós temos de conversar com as secretarias, temos que exigir que processos como esse não sejam levados a sério, não sejam sequer admitidos; porque esse é um tipo de processo que mais me parece perseguição política (e isso é grave, isso é crime contra a democracia) do que necessariamente algo que guarde alguma relação com o bom atendimento da população. Somo-me, portanto, a Vossa Excelência em sua luta, e conclamo toda a Assembleia para que também o faça — porque essa pauta é muito séria, e ela diz respeito também à democracia dentro do serviço público. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Permite um aparte, deputado?

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Permito... só um minutinho para complementar a fala da deputa Gleice, a quem agradeço pelo aparte. O objetivo é justamente este, acolher aqui a insatisfação e fazê-la chegar até a Sejusp... Eu entendo que isso não foi uma atitude de Governo, foi uma atitude da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, talvez até do setor responsável — mas tais excessos têm de ser inibidos, têm de ser resolvidos, estancados, porque isso está criando um mal-estar dentro das próprias categorias. E volto a repetir: nós temos que defender o atendimento à população, e isto com certeza impacta negativamente no atendimento à população. Concedo o aparte ao presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Caravina, eu só quero discordar da deputada que fez o aparte, parecendo politizar a questão, porquanto, se vêm aqui apoiar um projeto de iniciativa do próprio governo (aprovado por esta Casa), não

me parece razoável que o Executivo seja a um só tempo a favor e contra o fato de as pessoas virem aqui. Existe um princípio na administração pública, estampado no artigo 37 da Constituição Federal, que é o princípio da legalidade, de forma que, pela letra fria da lei, a pessoa não poderia estar aqui, mas não é disso que estamos falando: o princípio da legalidade tem de ser compatibilizado com outros princípios. Estamos falando de servidores que vieram aqui para apoiar um projeto do próprio Governo do Estado, que, depois de muita negociação, atende à reivindicação, faz uma reestruturação na carreira, ato contínuo a Assembleia Legislativa faz uma força-tarefa, aprova — e depois disso tudo começa uma caça às bruxas?!... Eu entendo que isso deve ter sido algum mal-entendido de chefia, ou até de algum chefe não alinhado (ou mesmo mal intencionado) com a atitude do Governo depois de propor a lei. Isso para mim é iniciativa de alguma chefia, que não pode permanecer no cargo se mantiver uma sindicância dessas: entendo que a Assembleia tem que agir forte... Nós não estamos defendendo ilegalidade, não apoiamos que policial deixe seu posto para vir aqui, que médico deixe de operar para vir aqui: a coisa não passa por aí! Mas de fato, a informação que a gente tem, extraoficial ainda, é que as pessoas que vieram aqui trocaram plantão, fizeram uma mobilização absolutamente negociada, não se tem notícia de nenhum prejuízo ao serviço. Então, em nome desse princípio, cumpre à Assembleia ser rígida no sentido de exigir do secretário de Segurança a informação de onde partiu essa sindicância, precisamos saber quem não teve a capacidade de ver que não houve prejuízo à administração pública. Enfim, o que aconteceu aqui foi um apoio irrestrito a um projeto do Governo do Estado!

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Obrigado pelo aparte, presidente Gerson Claro, perfeita a sua colocação, eu penso da mesma forma, é uma atitude da gestão da Sejusp e temos que identificar de onde isso partiu... É um auto de investigação; com certeza vem aí uma informação dizendo "olha, não é ainda uma sindicância, não é um processo legislativo", mas é um auto de investigação que está abalando toda a estrutura dos peritos papiloscopistas. Volto a repetir, é um dossiê que está servindo de base para intimar esses profissionais para prestar depoimento. E aí, como bem reforçou Vossa Excelência — já conversamos a respeito com a presidente do sindicato —, não houve nenhum prejuízo, estava todo mundo autorizado, trocaram-se plantões; aqueles que não trocaram tiveram autorização das respectivas chefias; foi um movimento pacífico, ordeiro, defendendo uma legislação apresentada pelo próprio Governo do Estado. Ou seja, como assinala o deputado Professor Rinaldo, é nítido e claro que isso é guerra de egos, isso não passa de um inconformismo com a nova situação dos peritos papiloscopistas, com o ganho que teve a categoria com a oficialidade. Eu até entendo o posicionamento contrário do sindicato dos peritos, há uma discussão legal sobre competência que já foi levada a Brasília, isto é uma coisa... agora, a partir daí começar um movimento de perseguição só porque os peritos papiloscopistas conseguiram atingir seu objetivo (com o apoio desta Casa e para aprovar um projeto do próprio governo!) — aí não dá para concordar. Então, para encerrar, o meu pedido hoje é que a nossa Casa, presidente, encaminhe um expediente (proponho à deputada Mara que procuremos entrar em contato com a Sejusp), tente resolver a situação; quem sabe até informações vindas do sindicato sejam suficientes para que se archive esse procedimento. Acho que uma informação bem detalhada do sindicato dos peritos

papiloscopistas, que foi quem organizou o movimento aqui, e mais um ofício desta Casa sejam suficientes para estancar esse procedimento, o que sem dúvida será muito positivo para o bom andamento dos trabalhos da Polícia Civil — lembrando que temos assuntos muito mais preocupantes do que esse envolvendo a segurança pública, que eu já relatei várias vezes aqui. É concurso público que até agora não saiu, e essa questão do efetivo só vai melhorar vindo o concurso público, ou seja, há assuntos muito mais importantes do que ficar prejudicando quem veio aqui — a nosso pedido — participar de uma sessão importante, histórica, quando esta Casa aprovou uma lei que dá oficialidade aos peritos papiloscopistas, que não só melhora o trabalho desses profissionais, melhora também o atendimento da população. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda com tempo no Grande Expediente, pelo livro de inscrição, com a palavra o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Renato Câmara. Transferida. Deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de onze minutos.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas deputados, servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul que nos acompanham nesta Sessão pelos canais oficiais e redes sociais. Senhor presidente, eu gostaria de informar aos servidores públicos e beneficiários da Cassems, que a Assembleia Geral Ordinária ocorrerá na forma presencial e imediata. Nós conseguimos esse direito de maneira que ninguém, se Deus quiser, haverá de nos retirar. Eu digo isso porque apesar dos vídeos de deboche e até mesmo de menosprezo do presidente daquela entidade, dizendo que a gente não tinha capacidade de interpretar as leis e os projetos que chegam a esta Casa, ele teve também a audácia de incluir em um recurso como fundamento, um projeto que ainda tramita nesta Casa, não produz efeitos jurídicos, para que as assembleias sejam realizadas de maneira híbrida - físicas, onde tiver a sede da entidade, e virtual, ampliando o debate. Acontece que, de maneira mentirosa, ele disse que este parlamentar fez um projeto para que as assembleias ficassem exclusivamente no modo virtual, amparando a ilegalidade e a preocupação dele em aprovar as contas que grande parte dos beneficiários não querem ver aprovadas da maneira obscura e com falta de transparência. Apesar de dizer que nós não temos capacidade de ler um projeto e interpretar, ele e sua equipe jurídica utilizaram de um expediente ilegal e entraram com dois recursos ao mesmo tempo, face à decisão liminar que determinou a realização imediata da Assembleia Geral Ordinária. Vale lembrar que há mais de quinze dias o presidente da Cassems é um criminoso, porque não cumpre uma determinação judicial, e aquele que não cumpre uma determinação judicial é um criminoso por previsão expressa do Código Penal, mas em face desse crime de desobediência, desse descumprimento, haverá consequências cautelares e imposição de multas diárias. Eu utilizo desse expediente para fazer um alerta, já que o presidente da Cassems e sua equipe não saem do nosso Instagram, porque antes mesmo que eu pudesse contraminutar o agravo dele, ele desistiu na hora que o nosso pessoal de comunicação colocou a existência de um erro processual. Isso é muito bom porque gera a preclusão recursal e faz com que a decisão do Poder Judiciário, em primeiro grau, seja

plena e produza a eficácia imediata. Portanto, sendo cumprida essa ordem, imediatamente, será convocada uma nova assembleia presencial, e os beneficiários da Cassems, assim como na assembleia anterior, poderão comparecer e reivindicar os seus direitos, votar e rejeitar uma prestação de contas que vem trazendo severos prejuízos para essa entidade. Tanto é verdade a confusão da pessoa do presidente com o corpo da Cassems, que face a essa liminar que nós conquistamos, foram pagos setecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos da conta do Banco do Brasil, da Cassems. Então, ao apontarmos o erro processual grave, imediatamente foi oferecida uma desistência, ou seja, às 5 horas e 45 minutos foi feita uma petição, desistindo do agravo e tornando definitiva a decisão da magistrada que determinou a republicação do edital dessa assembleia. Eu mostro o comprovante, deputado Pedrossian Neto, porque são setecentos e oitenta e seis reais retirados da entidade... Quando o próprio edital deveria ser claro, o seu estatuto faz lei, e o que faz o magistrado, o Poder Judiciário, é aplicar o estatuto que tenta tergiversar e deturpar o seu presidente. Então esses setecentos e oitenta e seis reais de custas e desistência imediata de um agravo que não durou vinte e quatro horas, apesar de benéfico ao cidadão que agora vai ter a possibilidade de participar dessa assembleia em caráter definitivo. Isso deveria ter sido pago, deputado Pedrossian Neto, não pela entidade, mas por aquele que interpreta de maneira ilegal e aplica indevidamente. É fácil dizer vamos cobrar da Cassems essa irresponsabilidade, esse erro jurídico, essa falta de interpretação das leis existentes que são o próprio Código de Processo Civil, viralizar nas redes, acusar os parlamentares que estão aqui fazendo o seu trabalho, discutindo teses, projetos, de não interpretar adequadamente a norma do processo civil e atribuir esse custo, deputado Pedrossian Neto, à entidade, de um erro que é pessoal. A entidade tem personalidade jurídica própria, ela não erra, ela tem o seu estatuto que determina o acompanhamento, então o mínimo que esse presidente deveria fazer é pagar esses setecentos e oitenta e seis reais, porque a Cassems tem mais de seiscentos processos na justiça, em vários deles eu já dei uma olhada e alguns são medicações como Clexane, que é para garantir que uma mulher consiga chegar até o final da sua gravidez, negado pelo presidente. Então, ao passo que ele e sua equipe, em vinte e quatro horas, não interpretam adequadamente e cometem um equívoco crasso, um erro jurídico grosseiro, o mínimo que ele poderia fazer é tirar isso do próprio bolso, que é o que determina a legalidade. Eu venho utilizar desse expediente para comunicar aos servidores que em breve deveremos ter a nossa Assembleia Geral Ordinária, e aproveitar para agradecer ao presidente Ricardo Ayache, porque se ele não tivesse no aqodamento, no desespero, se ele não tivesse uma equipe trabalhando sob pressão, com receio daquilo que vai acontecer... A Polícia Federal que não sai mais daqui do Parque dos Poderes, vai brotar lá dentro da Cassems. Então, se eles não tivessem trabalhando sob tanta pressão, talvez não teriam cometido esse erro processual. Quero aproveitar para agradecer o acompanhamento das minhas redes e o cometimento desse equívoco, porque quem vai ser beneficiado é o servidor, e quem será beneficiada é a democracia, que terá, sem dúvida, a maior Assembleia Geral Ordinária da Cassems, com possibilidade concreta de realizar uma análise profunda das contas do presidente, dos recursos que são destinados à publicidade, dos contratos que ele não quer apresentar. E não terá ônibus de Colacino que dê conta de enfiar a quantidade suficiente de pessoas para enfrentar os servidores que estarão lá por vontade própria, sem nenhum tipo de incentivo, a não ser reestruturar essa entidade forte,



que produz um benefício muito grande para a saúde no Estado de Mato Grosso do Sul de maneira suplementar. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Jader Moreira, vereador do município de Mundo Novo; da Rosária Luca, prefeita do município de Mundo Novo. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 122/2025. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 15/2025. "Autoriza a Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab) a doar, com encargo, a beneficiários do Programa de Habitação de Interesse Social, imóveis de sua propriedade situados no município de Campo Grande, para os fins que especifica e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Presidente, declaração de voto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Presidente, eu quero declarar o meu voto nesse importante projeto que é um anseio da comunidade Tia Eva. Essa comunidade urbana, que tem a maior população dentre as comunidades, vem pleiteando uma área para moradia há algum tempo, e agora conquistou essa doação. Então, quero parabenizar a comunidade por ter acreditado e lutado para garantir a sua permanência no território, e garantir também o seu modo de vida e a sua ancestralidade. Parabéns à comunidade pela luta e pela conquista. Voto sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Eu quero estender os parabéns ao nosso governador, Eduardo Riedel, à presidente da Agehab, Maria do Carmo, pelo trabalho que ela vem fazendo em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Dizer que a dedicação, o empenho e o conhecimento que a Maria do Carmo tem auxilia o nosso estado a conseguir



moradias, projetos inovadores, como o lote urbanizado, criado na gestão dela. Parabenizar também a comunidade Tia Eva que agora terá moradia digna, garantindo o seu local de origem. Voto sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, no mesmo sentido dos colegas que me antecederam, quero parabenizar a Agência de Habitação Popular do nosso estado, pelo trabalho que vem desenvolvendo, pela condução da Maria do Carmo, que é uma pessoa muito competente, comprometida com a política habitacional, principalmente voltada às pessoas de baixa renda. Esse projeto de doar, sem encargo, esses imóveis especificados, aos beneficiários do Programa de Habitação de Interesse Social, é extremamente importante. Portanto quero votar sim e dizer que esse trabalho é de extrema relevância social.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, para discutir projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só manifestação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Manifestação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para manifestação, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Já me pronunciei positivamente e favorável ao projeto, mas quero registrar aqui, com muito carinho, a figura da Maria do Carmo, que trabalhou no setor de habitação durante os oito anos do meu governo, teve um papel importantíssimo na implantação dos programas relacionados à habitação no governo do presidente Lula, que prestou um serviço extraordinário no governo Azambuja e agora o faz no governo Riedel. Em segundo lugar, quero registrar a sensibilidade do governo no sentido de permitir que as casas do programa habitacional do Governo do Estado sejam doadas. E, por fim, quero registrar que no dia 28 iniciará o prazo para cadastramento para aqueles que quiserem adquirir uma das 130 mil casas do programa que o governo do presidente Lula lançou. Para municípios de até 50 mil habitantes serão 20 mil novas unidades, enquanto as outras 110 mil serão destinadas a cidades acima de 50 mil habitantes. Faço este registro até porque hoje temos aqui no Plenário prefeitos e vereadores. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.



Projeto de Lei nº 122/2025, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.



**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Eu peço às comissões de mérito que deem uma acelerada na análise desse projeto. Ele precisa ser implantado o mais rápido possível. Vamos ver se a gente consegue votá-lo no começo da semana que vem. Item 2. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 218/2024. Autor: deputado Pedro Kemp. "Assegura, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a alternativa de o beneficiário apresentar carteira física de identificação aos prestadores de serviços das operadoras dos planos de saúde que exijam o uso de aplicativo ou de token, nos casos que especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, para discutir.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, nós apresentamos este projeto aqui na Assembleia Legislativa depois de termos recebido em nosso gabinete reclamações de pessoas que têm relatado dificuldade de utilizar o tal do token ou outras formas on-line de agendamento de consulta ou exame colocadas por seus planos de saúde. Nós estamos, portanto, propondo que os planos de saúde aceitem também a identificação por meio da carteira física do plano, principalmente quando se tratar de pacientes idosos. Então que isso é relevante, sobretudo para pessoas que têm dificuldades de lidar com a internet. Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.



**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Quero apenas elogiar o deputado Pedro Kemp. Eu senti aqui uma inveja boa dele. A meu ver, este projeto é muito importante. Ontem mesmo a minha esposa foi fazer uma consulta, e mandaram para ela o tal do token. Aliás, ninguém sabe o que é token; nome de criptomoeda; é essa mania de ficar imitando os Estados Unidos, colocando nome em inglês nas coisas. Mas eu acredito que esta proposta vai facilitar a vida das pessoas. O excesso de burocracia, muitas vezes, atrapalha, porque se uma mãe, por exemplo, levar seu filho para uma consulta médica e não estiver com o celular lá na hora, ela perde a consulta, a criança fica sem atendimento. Parabéns. Ótimo projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Para declarar meu voto, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Quero cumprimentar o deputado Pedro Kemp pela sensibilidade de apresentar este projeto de cunho tão relevante. Olha, esse modismo de criar um token, de criar um aplicativo, essa geração mais nova consegue utilizar. Eu confesso que tenho uma certa dificuldade em fazer isso, deputado Pedro Kemp. Uns dias atrás, eu fui ver meu plano de saúde, tentando utilizar esse aplicativo, com token. Olha, é um problema. A gente esquece a senha, afinal, hoje em dia há um monte de senhas, senha do banco, senha do serviço de saúde, senha disso, senha daquilo. Não há cidadão que consiga decorar isso tudo. Aí é preciso pedir outra senha. Quando a pessoa solicita outra senha, ela é orientada a ligar para outro telefone, que, muitas vezes, não está cadastrado. Ora é o titular, ora é o dependente que está ligando. O titular não está no momento. Mandam a senha no E-mail... Isso, na verdade, virou uma verdadeira "Torre de Babel Eletrônica". As pessoas não têm a obrigação de saber isso tudo. Eu cumprimento o senhor por apresentar este projeto de extrema relevância. Muitos podem até pensar que este projeto é simples, mas não é. A proposta é relevante sobretudo para o pessoal da terceira idade, que não está acostumado com toda essa modernidade. Oferecer a carteirinha, um comprovante físico, um documento físico, para que o cidadão consiga atendimento de qualidade, é um ato de cidadania. Voto sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00218/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Renato Câmara (MDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.



**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em redação final. Pergunto se o deputado Junior Mochi está no Plenário. Projeto retirado de pauta. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 113/2024. Autor: deputado Paulo Duarte. "Acrescenta dispositivo à Lei nº 2.656, de 6 de agosto de 2003, que cria o Programa Educacional e de Incentivo à Doação de Sangue no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Este projeto surgiu a partir da sugestão do meu amigo professor Carlão, do Instituto Sangue Bom, que teve uma aplasia medular severa, que é um tipo de câncer de medula óssea. Graças ao transplante, ele se recuperou. Hoje ele trabalha incessantemente nessa luta pela doação de sangue, salva muitas vidas. Eu acompanho suas ações, até porque também tive câncer, sei da importância disso. A pessoa que enfrenta uma doença como o câncer sai diferente. O professor Carlão é um exemplo disso. E este projeto, na verdade, incentiva a conscientização nas escolas estaduais sobre a doação de sangue. A intenção é quebrar esse tabu que ainda existe quando se fala em doação de sangue. Obrigado, presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Alexandre Pitangueiras, vereador do município de Jardim; do senhor Renato Munhoz, vereador do município de Nova Alvorada do Sul; e do senhor Carlos Alberto Beralde, o Junior Beralde, vereador do município de Nova Alvorada do Sul. Obrigado pela presença dos senhores aqui na Casa da Democracia. Eu quero registrar que nós retiramos de pauta o projeto do deputado Junior Mochi porque ele não se encontra no Plenário. Ele está representando a Assembleia Legislativa no processo competitivo de otimização do contrato que trata da BR-163. A Assembleia está atenta, está acompanhando o processo. Ainda em votação o Item 4.

Projeto de Lei nº 00113/2024, de autoria do deputado Paulo Duarte.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Renato Câmara (MDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.



**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, quinze indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Félix Martins. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Pedro de Moraes Martinez." Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Solicito mais uma vez aos colegas deputados que hoje e amanhã reúnam a comissão de mérito para analisarmos o projeto referente à Agehab, deputados Paulo Duarte e Professor Rinaldo, para que ele esteja apto a ser votado na terça-feira. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h16min).